

O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia

JOSE MATIAS PEREIRA

O agravamento da crise econômica brasileira, traduzido pelos problemas advindos dos setores internos e externos da economia, está disparando o sinal de alarme, sinalizando uma perigosa tendência de retomada de elevação das taxas de inflação. A busca do entendimento entre o Brasil e os credores internacionais (renegociação da dívida externa), a instituição de uma política econômica de contenção do déficit público e a promoção de esforços para tenuar o conflito distributivo são medidas que se apresentam como necessárias e inadiáveis para evitar que ocorra um estrangulamento no processo de desenvolvimento nacional.

Os reflexos dessa crise, não tendo dívidas, irão afetar de forma perversa as regiões periféricas, como é o caso da Amazônia, tendo em vista que as atividades econômicas nela instaladas não possuem capacidade de se reciclar.

Baseado nesse quadro, pode-se afirmar que as disparidades econômicas e sociais entre as regiões desenvolvidas e as subdesenvolvidas tenderão a acentuar-se gradativamente, o que facilitará o aumento do fosso e das divergências entre o centro (regiões sudeste) e a periferia (Amazônia), tendo em vista os interesses conflitantes em disputa.

O entendimento de que haverá uma possível convergência de equilíbrio entre as regiões na medida em que a nação avance rumo ao desenvolvimento, em decorrência das deseconomias de aglomeração (e exauridas pela excessiva concentração industrial, ocasionando decrescentes retornos do capital), o que tenderia a forçar o seu deslocamento para novas áreas, não pode ser levado em consideração, mesmo a longo prazo, em relação à Amazônia, pela dificuldade dos investidores em qualificarem o retorno dos seus investimentos na região.

Após essas colocações, torna-se importante alertar para a necessidade de um maior volume de gastos públicos em infra-estrutura na região, para alterar as desvantagens no processo de atração de novos investimentos para a área, e mesmo evitar os graves prejuízos que advirão para o país e para a comunidade regional caso não seja alterado o dinamismo da economia regional, que apesar de estar em evolução permanecerá sempre retardada em relação ao centro-sul do país, em função da evolução tecnológica, que se encarrega de amortecer os impactos gerados pelas deseconomias de aglomeração.

O encaminhamento das ações por sua vez são orientadas de formas setoriais, e, na sua maioria, estanques. Isso revela a falta de uma estratégia integrada e de uma metodologia de planejamento para a região. Como exemplo dessa afirmação podem ser relacionados os empreendimentos econômicos instalados na área que vão

desde o Projeto Carajás até a Zona Franca de Manaus, que estão completamente desvinculados uns dos outros e muitas vezes da própria realidade regional.

Vale ressaltar que a mensuração dos resultados alcançados por essas ações de planejamento desenvolvidas até o presente na Amazônia apresentam aspectos positivos e negativos. Não se pode negar, do ponto de vista econômico, que os efeitos gerados pela instalação da Zona Franca de Manaus foram benéficos para a Amazônia Ocidental e de forma particular para Manaus e o Estado do Amazonas. O mesmo vem ocorrendo em relação ao Projeto Grande Carajás, para os Estados do Pará e Maranhão. Os incentivos fiscais, apesar dos desvios e defeitos na alocação desses investimentos, notadamente no segmento agropecuário, também contribuíram para alterar o quadro regional.

Por outro lado, não se pode desconhecer que esses mesmos projetos e programas estão contribuindo para o esvaziamento populacional no interior da região, para o agravamento da urbanização acelerada dos centros urbanos das áreas onde se localizam, além de estarem favorecendo a concentração de renda e causando prejuízos ao ecossistema.

Após essas considerações, pode-se afirmar que existe uma fragmentação do planejamento da região, que contribui para o enfraquecimento do sistema como um todo e não permite que se defina com clareza os objetivos que se deseja alcançar.

Feitas essas observações e para concluir a análise dos assuntos aqui discutidos, torna-se importante ressaltar os seguintes aspectos:

... Não poderá haver uma aceleração no processo de desenvolvimento da Amazônia se não forem orientadas políticas consistentes que criem mecanismos de desconcentração espacial da economia;

... É preciso investir em pesquisas, levantamento de dados e elaboração de informações sócio-econômicas que permitam ao empresário privado quantificar o retorno dos investimentos feitos na área;

... É necessário e urgente que o planejamento regional da Amazônia seja alterado, redefinindo o papel dos governos federal e estaduais no processo de intervenção na área. Especialmente no que diz respeito à forma de atuação e articulação as diversas agências de instituições encarregadas de apoiar o desenvolvimento da área, repensando consequentemente os incentivos fiscais, as políticas setoriais e os programas especiais voltados para a região.